



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1.981.

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 24.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1.981.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados: Lineu Turra e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ADERMIRA FERREIRA MARTINS, esposa do Reverendo Jonas Dias Martins, da Igreja Presbiteriana Independente, ocorrido na cidade de Londrina.

A extinta gozava de grande conceito na comunidade, e seus dotes morais e caridosos, marcaram profundamente sua existência, deixando uma lacuna irreparável entre seus amigos e familiares.

Requer, outrossim, seja dado ciência à família enlutada, residente naquela cidade à Rua Piauí, n.º 247.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1.981.

a) Valduga.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ministério da Aeronáutica e à Diretoria da Aeronáutica Civil, solicitando a criação de um serviço de aviação de terceiro nível (Rio-Sul ou TAM) fazendo a ligação Umuarama-Maringá e Guaíra-Maringá.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Está praticamente definida a criação de uma linha aérea da VASP, integrando Maringá aos grandes centros nacionais, assim a criação das duas linhas de aviação de terceiro nível possibilitaria a que também as regiões Oeste e Norte Novíssimo pudessem se beneficiar da iniciativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de TELEX ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura Amauri Stabile e ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando imediata revisão nos critérios das indenizações de PROAGRO, referentes a última safra de trigo. Segue justificativa anexo.

Solicita, também, que seja enviada cópia à Associação dos Engenheiros agrônomos do Paraná — Núcleo Regional de Cascavel, à Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda — COPAVEL, à Cooperativa Agrícola Rondon Ltda — COPAGRIL, à Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda — COOPERVELE, à Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda. — COOPAGRO.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1.981.

a) Nelton Friedrich.

JUSTIFICATIVA:

A quase totalidade das indenizações de PROAGRO negadas aos tricultores do Oeste, começou por ocasião da época do plantio da última safra de trigo. Muito embora a pesquisa oficial recomendasse o plantio a partir de março e até junho, no Oeste, o Governo só definiu a política de preços e crédito em abril. Na época adequada, o agricultor encaminhou seu financiamento. A morosidade oficial, entretanto, provocou atraso e acúmulo na assinatura das cédulas de financiamento. O agricultor, porém, não poderia fugir à recomendação da pesquisa. Plantou na época certa, mesmo sem ainda pôr a sua assinatura na cédula. Tendo plantado na época adequada e encaminhado o financiamento em tempo hábil, esse mesmo agricultor agora está vendo seus pedidos de indenização pelo PROAGRO indeferidos, sob a alegação de que o plantio deveria ter aguardado a assinatura da cédula de financiamento. Assinatura essa que o próprio Governo, impediu de pôr ao documento. E por cujo erro, o Governo inconsequentemente está penalizando o tricultor.

Pelo exposto, saímos em defesa da classe produtora da região, cumprindo o dever de denunciar e repudiar a atual política agrícola do Governo que, aos poucos está enfraquecendo e conturbando o sistema produtivo. Referimo-nos especificamente ao PROAGRO (Programa de Garantias da Atividade Agropecuária) que, por culpa do próprio Governo, está impondo onus desnecessários e injustos ao nosso agricultor. Toda a comunicação de ocorrências de perdas, provocada

por qualquer evento que tenha sido efetuada após a formalização da proposta e antes da assinatura da cédula do financiamento, não tem logrado êxito, com a alegação de recuperação de capital, pois o processo de financiamento não se encontra em curso normal por ocasião do evento.

Ocorre porém, que na última safra de trigo, o governo reteve até o mês de abril as instruções sobre o seu cultivo, quando o início de plantio era recomendado pelos órgãos oficiais a partir de 01 de março.

O triticultor, acreditando no aforismo ideológico de que a prioridade principal do governo era a agricultura, efetuou o plantio sem nunca imaginar que pagaria caro pelo seu voto de confiança no processo.

Com a chegada tardia das instruções de financiamento junto aos agentes financeiros e repassadores, houve acúmulo de propostas para serem analisadas em um espaço de tempo muito curto.

Como era de se prever, a maioria dos financiamentos seriam contratados no final do período oficial de plantio, (10/06), ou até mesmo após o seu término. Foi o que aconteceu.

Infelizmente, neste meio tempo, ocorreram geadas, frustrando parte da produção, obrigando o produtor a fazer uso de sua adesão ao PROAGRO, mesmo não tendo assinado a cédula do financiamento.

Naquela oportunidade, ninguém poderia imaginar que o governo se mantivesse insensível a esta situação e oficializasse seu erro inicial, transferindo a culpa para os agricultores, através do indeferimento do PROAGRO.

No entanto, foi o que aconteceu, e, em algumas cooperativas do oeste paranaense, a causa mencionada foi responsável pelo indeferimento de até 80 por cento dos processos indeferidos.

Lamentamos profundamente que o Governo esqueça tão rápido de seus erros, perdendo credibilidade junto aos produtores. Se o início do plantio aguardasse a assinatura da cédula, a maioria não teria plantado por estar fora de época recomendada pela pesquisa e das normas de adesão ao PROAGRO. Talvez fosse o objetivo do Governo. Preferimos crer o contrário, pois a confirmação seria uma confissão desastrosa de que inexistem homens capazes de assessorar os governantes.

Lamentamos também que medidas impensadas resultem indubitavelmente, da falta de atenção de insensibilidade oficial aos justos reclamos do homem do campo. E conclamamos aos representantes do Governo, que envidem seus maiores esforços e gestões, no sentido de repararem, ainda que tardiamente, injustiças como as que vêm ocorrendo, nas circunstâncias acima descritas.

Preocupa-nos sensivelmente as tomadas de decisões de cima para baixo, sem prévia consulta às bases. A auto-suficiência dos homens de decisão parece dispensar a ajuda valiosa dos técnicos, líderes rurais e produtores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se ocie aos Srs. Presidente do Instituto de Terras e Cartografia - ITC e ao Diretor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, em nossa Capital, solicitando urgentes medidas desses órgãos visando coibir a avassaladora desmatagem que ora se processa na região de Apucarana, pondo em risco a sobrevivência da rica e abundante flora ali existente.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Face ao noticiário, intensamente propalado, de que o Governo Federal iria adotar medidas visando a substituição do óleo combustível em máquinas, caldeiras e inúmeros outros similares que, por medida de economia seriam substituídas pela lenha, usada comumente como fórmula de combustível, verificou-se um corre-corre insano na derrubada das matas, bosques e florestas que circundam a região de Apucarana e municípios vizinhos, originando justificada revolta e natural alarme entre os moradores da zona rural e das cidades, face às dramáticas consequências que advirão futuramente para toda aquela região.

Esta situação está a reclamar providências as mais urgentes e eficazes, capazes de por um cobro ao lamentável fato, o que se conseguirá, através da intensa e severa fiscalização por parte dos órgãos acima citados - os quais são diretamente responsáveis pela preservação da flora - já que o País vem desenvolvendo intensa atividade neste sentido - e mesmo aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, registramos sucessivas reuniões de parlamentares e homens ligados à agricultura em defesa da Fauna e da Flora em todo o Estado - medidas essas que já foram objeto de legislação especial, hoje totalmente desrespeitada e esquecida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER a reiteração da sugestão ao Governo do Estado de desapropriação da área de terras abrangidas pela planta Jardim das Nações, no Bairro de Tatuquara, em Curitiba, e aprovada por unanimidade pela Assembléia Legislativa, a fim de solucionar o grave conflito entre mais de cem famílias lá estabelecidas e uma empresa imobiliária, baseada a medida no disposto no parágrafo 22 do artigo 153 da Constituição Federal, de 1969.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1981.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Curitiba aprovara, há muitos anos, a Planta Jardim das Nações no Bairro de Tatuquara, onde mais de cem famílias de posses modestas, adquiriram lotes de terrenos para construção de casa própria.

Como legítimas proprietárias e assim reconhecidas pela Prefeitura, passaram a pagar os tributos municipais, para o que os avisos de lançamento vêm sendo expedidos desde então, em seu nome.

Com sacrifício, pagaram essas famílias as prestações do lote de terreno, e os materiais das humildes casas, porquanto boa parte se compõe de aposentados, e outra parte, de empregados à base de salário-mínimo.

Surgiu porém, de uns tempos a esta parte, a Imobiliária Minas-Paraná Ltda., dizendo-se proprietária daquela área de terras. A intranquilidade passou a reinar no Jardim das Nações, em virtude do tratamento brutal dispensado às famílias que são vítimas de freqüentes ameaças de despejo.

Delegações de moradores buscaram apoio das autoridades competentes junto à Prefeitura, à Câmara Municipal e à Assembléia Legislativa. Interveio no caso também a Comissão de Paz e Justiça, da Igreja, Reuniões sucessivas se organizaram no local. Os moradores chegaram a propor um acordo com dita imobiliária, por serem gente pacata e ordeira, desde que respeitados os direitos adquiridos. Tudo em vão.

Tomamos a iniciativa de, em maio de 1980, apresentar sugestão ao Governo do Estado, aprovada, por unanimidade, pela Assembléia Legislativa, no sentido de que, como melhor e mais humanitária solução, seja desapropriada toda a área do Jardim das Nações, a fim de ser entregue às famílias já moradoras no local. O parágrafo 22 do artigo 153, da Constituição

Federal, de 1969, faculta a desapropriação por necessidade social, e este é o caso típico de necessidade social, por estar em jogo a sorte de algumas centenas de pessoas humildes e desamparadas. A Assembléia Legislativa compreendeu o drama e apoiou a sugestão.

Encaminhada ao Palácio do Governo, a sugestão se encontra, segundo informações, na Secretaria da Administração. Nada foi feito para solucionar o agudo problema social.

Daí, a nossa iniciativa em reiterar o pedido junto ao Governo do Estado, porquanto as ameaças estão recrudesando, da parte da Imobiliária Minas-Paraná Ltda., e as famílias envolvidas estão em pânico, quase em desespero. Temos certeza de que esta Casa, movida pelo sentimento de solidariedade humana, há de reforçar o apelo que fizemos, confirmando assim a atitude anterior, conforme a qual a melhor solução está na desapropriação da área do Jardim das Nações, como reza o parágrafo 22 do Artigo 253, da Constituição Federal vigente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, MÁRIO ANDREAZZA, DD. Ministro do Interior, JOSÉ ROBERTO PEGORARO, DD. Diretor-Presidente da COHAPAR, LUIZ ANTÔNIO VELOZO SOUZA, DD. Gerente Regional do Banco Nacional da Habitação e JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA, DD. Presidente do Banco Nacional de Habitação, solicitando a imediata suspensão das execuções judiciais contra os mutuários do Sistema Habitacional do BNH, que se encontram em atraso com as prestações da casa própria, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de uma central telefônica no Distrito de Bom Sucesso, Município de Pato Branco.

Pato Branco e todo o Sudoeste do Paraná vem apresentando um crescente índice de desenvolvimento em todos os sentidos, tanto nas atividades agro-pecuárias como nos mais variados setores industriais, e especificamente Bom Sucesso apresenta um crescimento dos mais notáveis, desenvolvendo ainda uma atividade comercial com significativos resultados para a própria economia paranaense e a instalação de uma central telefônica irá consolidar o desenvolvimento daquele distrito, uma vez que proporcionará comunicação imediata com os grandes centros consumidores, agilizando a realização das operações comerciais de produção local com benefício para toda aquela comunidade.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER o pronunciamento formal da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sobre o caso dos proprietários do Quinhão 11, do Município de Sertaneja, que se vêem ameaçados de expulsão por força de decisão judicial que, diga-se de passagem, consideramos injusta, bem como o posicionamento deste Poder como contribuição para evitar conflitos de proporções indesejáveis.

Solicita urgência no encaminhamento desta questão, face a gravidade dos fatos naquela região.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Conforme já demonstramos em ampla exposição a este Plenário, o caso das terras do Quinhão 11, no Município de Sertaneja, pode agravar a qualquer momento, caso não haja uma solução satisfatória para ambas as partes, em especial para os agricultores, que estão na posse dos imóveis.

É responsabilidade deste Legislativo, a Casa política do povo, se posicionar sobre tão grave questão para não marcar seu papel pela omissão.

Neste sentido, este Deputado considera mais justo e correto que a Comissão Técnica da Casa, responsável por este assunto, ofereça sua opinião e seus préstimos, antes que seja tomada qualquer iniciativa por este Poder.

Esta Casa, levando-se em conta o seu poder eminentemente político, não pode ficar alheio a este caso do Quinhão 11. O Governo tem demonstrado através de manifestações pela imprensa, que os ocupantes das áreas do Quinhão 11 não perderão suas terras; todavia, não podemos nos esquecer que o Poder Judiciário do Paraná, em sessão do dia 04 de fevereiro p.p., deu ganho de causa ao cessionário do aludido Quinhão, em detrimento dos agricultores.

Por conseguinte, estes, a qualquer momento, poderão ser despejados. Daí a necessidade desta Casa se posicionar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata nos trabalhos de hoje, do partido do destacado colonista IBERÊ DE MATTOS, ex-Prefeito desta Capital, sob o título "DEMOCRACIA OU SOMENTE TAPEAÇÃO", inserida nas páginas de "O Estado do Paraná", em sua edição de hoje.

Requer ainda que, da decisão deste Poder, se dê ciência ao ilustre colonista e à direção do referido jornal.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Vive o povo brasileiro momentos de grave apreensão quanto ao futuro político que nos aguarda, registrando-se com desagrado geral, inusitada movimentação em determinados setores da vida política nacional, visando perturbar o processo de democratização do País, anunciado e prometido com tanta ênfase pelo Sr. Presidente da República.

São grupos heterogêneos que se aboletaram em altos cargos e posições as mais privilegiadas, conseguidas no bojo do Movimento de 1964 — os quais temem a efetivação de um processo realmente democrático "através do qual não teriam a mínima chance de êxito", tal como afirma, com muita sabedoria, o Sr. Iberê de Mattos, em seu notável artigo hoje publicado.

Evidentemente, manobras solertes pretendem contemporar - até o infinito, o atual estado de coisas que continuaria beneficiando os componentes desses grupos, em detrimento dos mais altos interesses da gente brasileira cuja vocação democrática e legítimos ideais liberalizantes seriam inapelavelmente soterrados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci,

inscrito no Pequeno Expediente. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “É notório que o brasileiro ainda não tem a assistência desejável em termos de saúde. Nossos índices de mortalidade ainda são muito grandes; existem milhões de desassistidos em todo o País; ainda se morre de fome; doenças como a tuberculose, a lepra e outras, existem em grande profusão pelo País.

Também não podemos concordar com a integralidade da atual política desenvolvida pelo Ministério da Saúde, bem como com a assistência médica previdenciária, ainda cheia de burocracia, filas e outras falhas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos nos omitir com relação ao que o Governo Estadual vem fazendo em termos de saúde, sob pena de pecarmos pelo desinteresse para com as coisas de nossa terra.

Assim, ocupamos hoje esta tribuna, não para elogiar, mas para levar ao conhecimento dos Srs. Deputados e da comunidade paranaense, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social do Paraná, ocupada pelo médico, Dr. Oscar Alves.

Em dois anos de governo, foram muitos os feitos daquela Pasta, dos quais vamos alinhar os mais importantes neste nosso pronunciamento.

Podemos destacar, por exemplo, a aplicação de quase 13 milhões de dose de vacinas, em campanhas de imunização da população paranaense, principalmente contra a poliomielite e o sarampo. Aliás, a esse feito, não devemos nos jubilar apenas com a SESB, mas com toda a comunidade paranaense que atendeu ao apelo do Governo e participou ativamente de todas as campanhas.

Paralelamente, a Secretaria da Saúde possibilitou a distribuição de vinte milhões de medicamentos, atendendo cerca de um milhão de pessoas. Também foram distribuídas mais de cinco mil toneladas de alimentos à população carente, além de leite em pó para seis mil gestantes e doze mil nutrízes, além de quarenta e três mil lactentes e vinte e sete mil pré-escolares.

No auxílio à saúde do povo do interior, foram realizados convênios para a construção de cinquenta mini-postos de saúde, ao mesmo tempo em que começaram a ser construídos 61 micro-sistemas de abastecimentos em pequenas localidades. Também foi prestada assistência médica a 231.345 pessoas, através do programa de medicina preventiva e, somente no ano passado, 7.785 pessoas não contribuintes do sistema previdenciário tiveram assistência médico-hospitalar gratuita.

A SESB também possibilitou assistência técnica e financeira a 428 entidades particulares, o que possibilitou o atendimento a 270 mil pessoas em 123 municípios.

A atuação do Secretário Dr. Oscar Alves, possibilitou ainda a ampliação de 33.276, em 1979, para 34.550 o número de leitos na rede hospitalar mantida pelo Estado, além da manutenção de 195 leitos em dez municípios para atendimento a doentes mentais. Também foi ampliado em 129 o número de entidades sociais particulares que mantêm convênio com o IAM, através do Estado.

Por outro lado, somente no ano passado foram destinados, pela SESB, 32 milhões de cruzeiros para a construção de centros sociais e unidades sanitárias, beneficiando 62 municípios. Foram colocados em funcionamento 17 laboratórios regionais, além de terem sido recuperados 144 unidades de atendimento na área de assistência social.

O atendimento aos menores foi outro ponto importante da atuação da SESB nestes dois anos. Um total de 37.819 menores foram atendidos pelas unidades sociais oficiais e particulares que prestam assistência ao menor carente. Além disso,

nada menos que 308.723 adultos carentes foram atendidos.

Foram estes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns dos principais feitos da SESB em dois anos de governo. É óbvio que esta atuação não resolveu o problema da saúde pública em nosso Estado. Mas temos certeza que isso contribuiu muito para que a saúde do paranaense sofresse uma sensível melhora”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, Sua Excelência o Líder do Governo nesta Casa, apregoava a grande ascensão dos feitos revolucionários. E fazia fé num dos grandes problemas que, hoje, tomou-se um chicote nas costas da classe média e das classes trabalhadoras: o problema do BNH e o Sistema Habitacional.

Falava dos números, dos feitos do BNH, e que, realmente representava um avanço no poder revolucionário que, há 17 anos, manda no País.

E nos surpreendeu, Sr. Presidente, que já era do nosso informal conhecimento a existência de várias ações executivas contra mutuários de Cascavel.

E o BNH, através da COHAPAR, a delegada de poderes do BNH para execução de obras no Paraná, está promovendo o ajuizamento de ações executivas contra vários mutuários de Cascavel. E o ato formal dessa investida do BNH, indiretamente e da COHAPAR diretamente, contra os mutuários de Cascavel, está estampado neste telegrama que tenho em mãos. E em Cascavel temos reiterado aqui uma grande preocupação a nível social. Cascavel deve ter, hoje, em torno de dez mil desempregados, pessoas habilitadas ao trabalho e que não encontram respaldo para o sustento da família e nem para se dignar de ter uma vida de subemprego.

E o que vimos pedir, Sr. Presidente, através de requerimento, é que o Excelentíssimo Governador do Estado e as autoridades que têm poderes para suspender as execuções, o façam com brevidade, sob pena de criar um caos social em Cascavel. E o pior, Sr. Presidente, que todos os moradores do Sistema Habitacional, evitaram mediante protesto, o pagamento das respectivas prestações, em solidariedade àqueles que não têm condições de pagamento das mensalidades.

E é de assustar que, no dia imediato à fala do Líder do Governo, tenhamos em mãos um requerimento solicitando o apoio e a gestão desta Assembléia no sentido de sustar imediatamente as ações executivas para evitar o caos social no Sistema Habitacional de Cascavel.

(Soam os tímpanos)

Quero concluir, Sr. Presidente, atendendo o apelo de Vossa Excelência, já que soam os tímpanos, dizendo que Cascavel tem quase duas mil casas habitadas, e está prestes a entregar mais 380 unidades, e já começa a falência dos mutuários.

O apelo que deixo a esta Assembléia. Indistintamente aos Srs. Deputados é que, o Paraná precisa voltar suas vistas para o paranaense, para os mutuários dos sistemas habitacionais e evitando as execuções judiciais para complicar mais ainda, a situação do povo paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para fazer o registro de dois atendimentos feitos pela área federal ao Município de Altônia, que tenho a honra de representar nesta Casa. São solicitações feitas através desta Assembléia.

Um deles é a inauguração, no próximo dia 15, de um posto avançado de crédito rural do Banco do Brasil, no Município de Altônia.

Todos os Srs. Deputados participaram do debate, da reivindicação, do trabalho em busca dessa melhoria para o Município de Altônia. Hoje, vê-se concretizado.

É preciso também registrar a participação ativa do Lions Club de Altônia, tendo na Presidência o Dr. Paulo Pimpão, bem como da Associação Comercial de Altônia que não mediram esforços em vir a Curitiba por várias vezes, entrevistar-se com o Governador Ney Braga, solicitando deste, também a sua participação, a sua atuação em busca do crédito rural mais fácil para o Município de Altônia. Altônia está distanciada de Iporã cerca de 35 Kms e os lavradores daquele município têm que deslocar-se de suas áreas e irem até Iporã em busca de seu crédito rural.

Com a instalação e inauguração no dia 15 do posto avançado de crédito rural do Banco do Brasil, a população rural de Altônia passa a contar com esse benefício na área federal.

Na mesma oportunidade, recebi também, Sr. Presidente, um telex, assinado pelo Deputado Fabiano Braga Côrtes, Chefe da Casa Civil, que comunicava a este Parlamentar que o Conselho Monetário Nacional autorizou instalação de uma Agência da Caixa Econômica Federal, na sede do Município de Altônia. Esta Caixa Econômica Federal foi solicitada primeiro e o trabalho feito, também oriundo da Associação Comercial daquele município, transformado em petição desta Assembléia no dia 16 de março de 1977 onde este Deputado historiava o posicionamento geográfico daquele município, a necessidade de uma agência da CEF em sua sede, dando inclusive, a sua importância econômica no contexto paranaense.

São mais de seis mil propriedades rurais, numa área de 1.110 Km², abrigando uma população de cerca de cinqüenta mil habitantes. A densidade demográfica do município é considerável em função da manutenção da cultura do café no sistema tradicional.

Ainda não estamos tendo, graças a Deus, a erradicação do café naquele município.

Portanto, Sr. Presidente, são dois registros que era preciso serem feitos, porque esta Casa participou ativamente das duas solicitações, tanto na instalação do posto avançado de crédito rural como na instalação da Agência da Caixa Econômica Federal em Altônia, esta Assembléia teve participação ativa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta semana ocupamos a tribuna desta Casa para tecer considerações a respeito de um assunto extremamente grave que é o relacionado com o Quinhão 11 de Sertaneja e voltamos hoje à tribuna novamente para abordarmos o mesmo assunto e ao mesmo tempo justificarmos um pedido que endereçamos à Mesa no sentido de que a Comissão de Terras, Imigração e Colonização desta Casa se pronuncie a respeito, porque este Deputado continua a entender que dado a gravidade do assunto, não é possível que o Poder Legislativo, que é o poder político do Estado, fique alheio ou se omita diante dos anseios e diante da gravidade desse problema.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o requerimento que formulamos, é para que a Comissão de Terras deste Poder, passe a se interessar pelo problema que envolve o Quinhão 11 de Sertaneja, porque nós temos assistido representantes do Governo, através da imprensa, dizerem que os proprietários,

os agricultores do Quinhão 11 não perderão suas terras. Mas, na realidade, de concreto o que existe é uma decisão judicial de segunda instância contrária àqueles agricultores.

Entendo que a Comissão de Terras desta Casa, caso venha a se interessar pelo assunto, deve convidar para aqui prestar esclarecimentos, o Presidente do ITC, Dr. Joaquim Severino e o Delegado Regional do INCRA, nesta cidade, para que essas duas autoridades digam neste Poder como é que o Governo vai fazer para manter os atuais ocupantes e legítimos proprietários do Quinhão 11 em suas terras.

Porque, na realidade, uma decisão judicial contrária a eles já existe, datada do dia 04 de fevereiro próximo passado.

Juridicamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que resta a esses agricultores é apenas um recurso extraordinário, que não sei se foi ou não interposto pelos seus advogados junto ao Supremo Tribunal Federal e cujo recurso pode ser favorável, quando não sei, como também pode ser desfavorável, também quando não sei, aos agricultores de Sertaneja.

Por esta razão é que esta Casa, através de sua comissão técnica específica, que é a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, não pode ficar omissa a um problema grave e crucial.

Neste sentido é que fizemos este requerimento e esperamos que este Poder, principalmente a Bancada do Governo nesta Casa, dêem o seu apoio para o mesmo e, em seguida, possa ser convidado o Presidente do ITC e o Delegado Regional do INCRA neste Estado, para que os atuais ocupantes da área do Quinhão 11 em suas propriedades.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para fazer dois breves relatos de acontecimentos que envolvem a comunidade curitibana.

Já foi fartamente noticiado pela imprensa que no último dia 31 o Sr. Prefeito da Capital nomeado, Jaime Lerner, recusou-se a receber algumas comissões de moradores de vinte e três bairros da cidade de Curitiba. Recusou-se a receber, marcando uma audiência para a última segunda-feira, dia 06. E neste dia 06, aproximadamente quinhentas pessoas estiveram na Prefeitura Municipal de Curitiba, mas o Sr. Prefeito uma vez mais, disse que receberia apenas uma comissão de seis elementos e não receberia os vinte e três Presidentes de Associações de Bairros que lá estiveram.

Depois de muito relutar, acabou o Prefeito recebendo dez Presidentes de Associações de Bairros da cidade de Curitiba.

E no final do encontro desceu, para fazer um breve aceno às pessoas que ali se encontravam. E quando foi interpelado se seu trabalho seria apenas de instalação de uma torneira de água e de um posto de luz nos bairros, ele convidou o povo a deixar a Prefeitura Municipal, dizendo que ali era a sua Casa.

Isto nos causou muita estranheza. Primeiro, porque o Prefeito recusava-se, na oportunidade a receber o Advogado das Associações e também a este Deputado. E depois, por dizer que ali era a sua Casa, porque como se sabe, ele não recebeu voto nem sequer de um parente para estar na Prefeitura de Curitiba, nem sequer de um contribuinte, para estar na Prefeitura Municipal de Curitiba. Portanto, não se admitia, como não se pode admitir que ele convide o povo a deixar a sua Casa, a Prefeitura Municipal de Curitiba. É onde a gente, às vezes, tem que contestar as palavras do Líder da maioria proferidas ontem aqui nesta Casa, que defendia a legitimidade do movimento de 1964.

Mas a nossa pergunta Sr. Líder, há legitimidade, em ter

um Prefeito, como o Sr. Jayme Lerner, na Prefeitura de Curitiba? Que inclusive acaba colocando para fora a população que paga o Imposto nesta cidade? Tenho certeza absoluta que um homem como Vossa Excelência se fosse, por exemplo, o Prefeito de Curitiba, estaria recebendo os moradores da comunidade. Porque o Sr. sabe, como é muito difícil conseguir. E o Prefeito de Curitiba não sabe. É um homem que embeleza o centro da cidade de Curitiba, mas não sabe reconhecer a ilegitimidade que o levou à Prefeitura municipal, da Cidade de Curitiba.

Por último, Sr. Presidente, para terminar, registrar aqui o movimento de greve da Universidade Católica, que mais uma vez não é dentro daquilo que se diz, de conturbar, de subverter a ordem, mas é de pedir melhores professores; é de pedir giz, para que a aula possa ser proferida, é de pedir melhores condições para assistir a aula; é de pedir autonomia do Curso de Direito da Universidade Católica do Paraná, que hoje tem a dirigí-la, inclusive, um sociólogo, quando se sabe, deveria ser um advogado.

E por último, greve esta que contesta a ordem da reitoria, na cobrança de seis meses de adiantamento, para que o aluno possa freqüentar a escola.

A nossa dúvida, a nossa surpresa, qual é o empregado que pode exigir do seu patrão, seis meses adiantado no seu trabalho? Qual é o professor que pode exigir na Universidade Católica, seis meses de adiantamento, para dar aula, se ainda não resta seus serviços. Qual é então, o direito que tem a Reitoria da Universidade Católica, de exigir do aluno, seis meses de andamento, de aulas que ainda não foram proferidas? É o nosso protesto, para se registrar nesta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, último orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê)

“Novamente as prestações da casa própria passam a ser uma ameaça aos objetivos que ditaram a criação do Sistema Nacional da Habitação. No Brasil de hoje, todos os grandes programas que nasceram para atender às necessidades da população, acabaram se subvertendo, se corrompendo, para atender, ao final, aos interesses de grupos de elite. E com recursos tirados de uma população pobre, cada vez mais carente, esfaimada, doente, sem estabilidade no emprego.

A política de alimentos, que está embutida na política econômica deste Governo, é na verdade a política de exportação das multinacionais e a política a favor dos intermediários do abastecimento.

A política da educação é a política de abrir faculdades falidas para atender ao clientelismo político das classes superiores, e entregar o ensino médio para o comércio do ensino. E o 2.º e o 3.º graus absorvendo para a iniciativa privada e os grupos de burocratas corruptos, os poucos recursos que deveriam ser destinados a toda a educação pública gratuita.

A política salarial é a política do arrocho ainda em vigor, que esmaga as condições de vida dos trabalhadores, para capitalizar as grandes empresas e o próprio Governo. E agora, com o começo da recessão econômica, o desemprego vem provar que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não é a forma justa de garantir a estabilidade do trabalhador, nem sua possibilidade de enfrentar o desemprego nas épocas de crise. Poderia ser, no máximo, se bem conduzida a política governamental, o fundo de reserva para a casa própria, para melhorar as condições de vida e de habitação do povo brasileiro.

Mas, o que está acontecendo com o FGTS? Está sendo desviado para aplicações indevidas, até para projetos sociais como o CURA, que não devem ser pagos pelos assalariados de baixa renda. O FGTS está sendo aplicado em construções para a classe média, que já tem outros meios para valer-se.

Anuncia-se agora que haverá correção de 60 a 70 por cento sobre o pagamento das prestações da casa própria. O povo esmagado pela inflação, novamente deverá alimentar o sistema que ele ajudou a construir contra ele.

As prestações que representam, entre 25 a 35% dos salários dos trabalhadores, subirão a 60 ou 70 por cento, enquanto os reajustes salariais poderão chegar até 60 por cento, porém a inflação roeu o poder aquisitivo do trabalhador, de forma a obrigá-lo a comer menos para pagar a prestação de sua casa. Não são poucos os trabalhadores que, desiludidos, deixam de pagar a prestação da casa, porque têm a “mania” de comer e dar comida aos filhos, e vão morar numa “ponta de linha”, com aluguéis mais baixos. Em Londrina essa prática já é comum.

Ora, o Sistema Nacional de Habitação está fazendo ao contrário do que pretendia quando foi criado. Aí também se dá a concentração de rendas e meios; os que podem, são os que menos recebem. Mas, o grosso do recolhimento do FGTS vem da massa anônima dos trabalhadores instáveis e de renda mais baixa.

As casas populares que os trabalhadores abandonam, engordam a especulação imobiliária. Os “gatos” do BNH, aqueles que estão à espera da desgraça dos mutuários que compraram casa, é que lucram com a revenda das casas modestas. Como a maior parte dos compradores não vai conseguir pagar as prestações, perderá fatalmente o seu imóvel, adquirido com tanta dificuldade. Aí a financeira volta a vendê-lo a preços de mercado atuais, auferindo lucros fabulosos.

Vamos ficar no quadro específico de Londrina: foram entregues até o momento, 12.605 casas populares; ainda este mês, com a presença do Ministro Mário Andreazza serão entregues mais 2.762 unidades; e ainda, 1.757 casas, cujos contratos já estão assinados, dando um total de 17.164 casas populares. Segundo levantamentos, 51 por cento dos mutuários conseguem manter as prestações em dia, ao passo que 49 por cento dos mutuários estão em atraso, com 1, 2, 3 ou mais prestações.

Se colocarmos em termos de população, somando-se o casal e mais três filhos — média padrão — as 17 mil unidades representam aproximadamente 85 mil pessoas, população superior a quase 60 por cento dos municípios paranaenses.

Enquanto isso, o FGTS continua alimentando a burocracia oficial que mora em casas suntuosas e ainda têm mordomias especiais. Enquanto isso, tiram-se recursos do BNH para fazer projetos urbanísticos que beneficiam mais os que podem do que os trabalhadores; enquanto isso, o BNH continua construindo para aqueles que têm maior poupança.

O certo, o justo e necessário seria não só que as casas para trabalhadores fossem mais modestas e em locais mais distantes. Seria que as taxas de serviço público fossem menores, com tarifa social, para esses trabalhadores: inclusive impostos, taxas energia e transporte.

Seria justo que nos preços das prestações estivesse o seguro governamental, de custo mais baixo, compensando o desemprego, os meses de apuro sem poder pagar prestação, sem perder o direito à moradia. E seria a correção das prestações igualmente proporcionais à renda do mutuário.

Sabemos que isso só seria possível com um governo democrático e popular, mas o povo pode e deve cobrar dos governantes esse direito social, pois em verdade é quem produz a grande riqueza do País. Riqueza que não lhe chega nem de forma indireta, pois é tomada pelos beneficiários do

sistema, pelas elites que aí estão a aproveitar todas as formas de enriquecimento ilícito.

O Governo preparou um novo golpe.

O novo golpe contra o povo brasileiro, traduzido no rótulo do INPC constitui-se num autêntico genocídio contra a desesperada classe trabalhadora nacional.

Apesar dos desmentidos do Ministro Mário Andreazza, de que nada estaria decidido sobre o aumento das prestações, a verdade é que o mês de julho é aguardado com inquietação e medo.

A reação popular não deve tardar. E para defender o direito de moradia, para defender a família, o trabalhador não vacilará em usar métodos extremados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre orador Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui estivemos há 10 dias passados, aproximadamente, reivindicando para o Paraná uma situação a nível da importância e do contexto deste Estado; a nível da importância, da pujança do Estado do Paraná.

Disseram, naquela oportunidade, que o Paraná está praticamente marginalizado do Governo Federal. Não temos posição de expressão, cargo de expressão algum e reclamamos um direito que nos assiste.

Não imploramos, como já disse naquela oportunidade. Vamos exigir o que por direito nos assiste.

Disse eu que prepararia um memorial e que coletaria assinaturas dos Presidentes das entidades classistas, das classes conservadoras para que, juntos e mais fortes, possamos nos tornar, possamos exigir do Governo Federal esse cargo que entendo o mais apropriado, o Ministério da Agricultura, para o Estado do Paraná.

Tomei a liberdade de preparar um expediente para que os Srs. Deputados analisassem juntamente comigo e entendessem da importância que significa para o Paraná o conteúdo desse Documento, e, juntos, talvez possamos falar mais alto, com o respaldo das entidades de classe, das classes conservadoras, possamos fazer com que o Governo Federal se torne sensível aos reclamos que faremos desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê)

“O Paraná, decantado em prosa e verso, é o celeiro do Brasil.

Em todo e qualquer ramo da agricultura da pecuária, seja na suínocultura, avicultura ou bovinocultura, nosso Estado é participante ativo.

Se não somos os primeiros colocados em alguns setores, pelo menos perto desta colocação estamos.

Na sojicultura, cafeicultura, nas plantações de milho, batata e agora o novo “ouro líquido” do País, a cana-de-açúcar, toda e qualquer estatística, oficial ou não, terá por força da verdade, que escalar o nome do Paraná.

Pois muito bem!

Se lideramos as listas econômicas da Nação, porque o Paraná, que possui a segunda maior bacia hidrográfica do País, que, com Itaipu a pleno vapor, estará gerando a maior quantidade de quilovats da Federação, por que, indago novamente, somos tão postergados na esfera federal no momento presente?

Nunca o Governo Federal, em tempo algum, nos deu o devido valor, pelo que representamos no contexto nacional. Mas, se esse valor nunca chegou ao ideal, pelo menos em tempos passados, foi minimizado com uma ou outra participação no comando nacional. Agora não! Não possuímos no primeiro escalão, ou mesmo no segundo, um nome sequer para ze-

lar pelos nossos interesses em Brasília.

Não cabe aqui, colocar à tona quais as razões que provocaram o problema e, reconheço, no momento não possuo elementos para tal, pois o fato necessitaria de um maior espaço de tempo e de um acurado estudo.

Não estou nesta tribuna para falar do passado. Estou isto sim, Sr. Presidente, para conclamar este Estado para que dê um basta na indiferença com que nos olha a esfera Federal. Um basta a quem de nós muito exige e pouco retribui. Estou conclamando as lideranças mais eminentes de nossa terra para que pressionem o Governo Federal a construir um caminho com duas vias no campo econômico-político do Paraná.

Estou aqui iniciando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma cruzada no sentido de que nos dêem o que de direito: a nossa participação nas decisões nacionais.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, estou acompanhando atenciosamente o discurso de Vossa Excelência e realmente é palpitante, porque não é possível que um Estado que contribui com um terço da receita cambial do País seja preterido com relação ao Governo Federal.

Vossa Excelência tem toda a razão. E nós, aqui, tivemos áreas valiosíssimas alagadas, não só por Itaipu, mas também por Foz do Areia. A nossa contribuição para a economia da Nação é, realmente, inestimável.

É evidente que não poderíamos, jamais, sonegar, ao povo brasileiro, as riquezas naturais com que Deus brindou o Paraná.

Então é evidente que até justifico Itaipu, até justifico Foz do Areia.

Agora, outro ponto que aborda Vossa Excelência e que é o absoluto desprezo que o Governo Federal olha para as coisas do Paraná, o enfoque de Vossa Excelência é perfeito. Entretanto, e não falo como Líder da nossa Bancada, como Líder do Governo Ney Braga, mas como cidadão paranaense, como Deputado representante de parcela do povo do Paraná, acho uma felicidade não participarmos do atual Ministério do Presidente Figueiredo. Acho uma verdadeira felicidade essa preterição que o Paraná sofreu no Governo Figueiredo. Porque, como Vossa Excelência sabe, o Paraná, no governo anterior, o Paraná teve participação efetiva. E o Ministério e o Governo anterior foi muito melhor que o atual em termos econômicos, exatamente porque lá no Ministério Geisel tivemos homens do mais alto gabarito, da maior competência, integrando aquele Ministério.

Mas esta preterição até é muito boa para o Paraná. Porque vê Vossa Excelência que os Ministros vão muito mal. Os Ministros do atual Governo efetivamente não têm correspondido aos anseios do povo brasileiro. Parece que todo o mundo está perdido. Decisões tomadas na véspera, são anuladas no dia seguinte por outra decisão completamente diferente. Vê Vossa Excelência que isto é em todos os Ministérios.

O Ministro das Minas e Energia reafirma categoricamente que não vai subir o preço da gasolina e do diesel. Vem o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo e diz que vai subir. Ninguém se entende.

Vê Vossa Excelência a divergência que existe entre o Ministro de Indústria e Comércio e o Ministro do Planejamento. Aliás, o Ministro do Planejamento é o César da administração pública nacional, é o homem que manda, desmanda, dá carta, joga de mão.

O Ministro Delfim Neto não tem convivência amena, creio, com nenhum outro Ministro. Mas as divergências entre os Ministros da Indústria e Comércio e do Planejamento são

profundas e têm afetado os altos interesses da Nação brasileira.

Vê Vossa Excelência as frustrações do Ministério do Trabalho, que luta pela manutenção da atual lei salarial que com toda a pressa com que foi elaborada e o Congresso Nacional não usou de sua prerrogativa, deixou que ela fosse aprovada por decurso de prazo, com todos os defeitos, tem ajudado a classe assalariada a enfrentar as agruras de uma inflação que corrói a classe média do País, esta nem existe mais, achatada que está, junto com a classe C. Mas com todos os defeitos, a Lei Salarial que estabelece os reajustes semestrais até um número "x" de salários, dali para frente através da livre negociação, bem ou mal tem atendido neste momento crucial, nesta quadra crucial da economia brasileira, os interesses da classe assalariada.

Então vem o Ministro do Planejamento, e bombardeia, através do Presidente do Banco Central e bombardeia quase que diariamente A Lei Salarial, no intuito visível de convencer o Presidente a mandar mensagem modificando a atual Lei Salarial.

Num Ministério de tantas contradições, é uma felicidade que o Paraná não participe; porque se não participa, não tem co-responsabilidade no festival de besteiras que está sendo elaborado lá pelo Ministério em Brasília.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Isto é para ficar bem claro que não venha amanhã a Oposição dizer que é perda de prestígio do Governador Ney Braga, ou que não temos alguém no Ministério lá em cima porque o Governador Ney Braga é um homem desprestigiado. Desprestigiado é uma ova! É um grande líder neste Estado! É um homem que realmente tem um carisma, que é reverenciado pelo povo paranaense, que é estimado pelo povo do Paraná.

Agora eu sinto e Vossa Excelência e todos aqueles que convivem com o Governo do Estado, que ele não tem evidentemente feito um esforço além do normal, ele faz algumas indicações, mas não se empenha a fundo para que o Paraná participe do atual Ministério porque é altamente desgastante para o nosso Estado esta participação.

O SR. NELSON BUFFARA — O aparte de Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, é por incrível que pareça, de uma coincidência impressionante. Até parece que Vossa Excelência tinha lido o teor de meu discurso onde não cheguei mas vou chegar...

O Sr. Erondy Silvério — Peço desculpas mas as pessoas de bom senso pensam igual.

O SR. NELSON BUFFARA — Perfeito Deputado. O da contribuição de divisas e do alagamento de terras férteis, que estamos fazendo.

Disse bem Vossa Excelência. O que talvez exista é um receio infundado, injustificado do Governo Federal não querendo projetar a liderança magnífica, sensacional, que tem Ney Braga no Governo Federal. Quem sabe não queiram "por azeitona na empada" do Sr. Ney Braga tentando desgastá-lo e entendo como Vossa Excelência que não há desgaste algum, pelo contrário, se existe é uma marcação injusta sob todos os aspectos, porque ele governa um Estado pujante como o Paraná. E o Paraná que muito dá e nada recebe.

Dizia eu então: "Estou aqui iniciando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma cruzada no sentido de que nos dêem o que de direito: a nossa participação nas decisões nacionais. A indicação de um paranaense para um ministério!

E vou mais longe, Sr. Presidente: a minha pretensão é acreditar que ela é de todos nós é de que esse ministério seja o da Agricultura.

Comandamos a produção agrícola com a liderança in-

conteste na produção de grãos, provocando com isto, o maior carreamento de divisas, como o nono colocado, no Ocidente, no que tange ao Produto Interno Bruto.

Vejam a incongruência! Produzimos mais divisas para a Nação e em contraposição, no momento em que esta produção deveria ter uma compensação imediata da esfera federal, cada vez que vendemos lá fora, engrossamos o parque industrial da região Centro-Leste.

O Paraná é o Estado dos contrastes: somos o maior produtor agrícola e sustentamos a maior favela rural do mundo, os bóias-frias. Temos uma das maiores belezas naturais deste planeta, Sete Quedas e faremos desaparecê-la para produzir energia elétrica para o resto do País. Possuímos as terras mais férteis do País e as enchemos de água, expulsando seus donos para o Paraguai para produzirmos quilovates que movimentarão as multinacionais sediadas em outros Estados.

Enquanto outras unidades da federação escoam seus produtos por rodovias construídas pelo Governo Federal, nós do Paraná tivemos de fazê-las com o suor e o dinheiro de nossa gente. O trigo passeia pelo Paraná para beneficiar os moageiros paulistas e agora, aos seus produtores é retirado o subsídio que está promovendo o ocaso da produção deste cereal, que está perdendo no binômio com a soja para o pasto, assim como desestimulando o café.

Desta maneira, requeremos, ouvido o Plenário, a confecção de Memorial, a ser liderado por este Legislativo e que seja enviado, para coleta de assinaturas, às classes produtoras e empresariais, tais como: Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação do Comércio Varejista do Paraná, Federação das Indústrias do Paraná, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI)."

Nós, demos ênfase no instante em que liamos que a atribuição desse memorial seria incampado pela Assembléia Legislativa, pelo seu Presidente e pelos Srs. Deputados.

Isto para que nós possamos dividir as responsabilidades com os Srs. Deputados e para que todos participem do movimento. Porque eu acho uma aberração, acho uma clamorosa injustiça o que se faz com o Paraná, muito embora esteja certo o Deputado Erondy Silvério, quando disse que não há demérito algum, porque o demérito não é o Governador. Talvez eles não queiram prestigiar o Governador do Estado, dando um Ministério, provando que ele tem um trânsito bom em Brasília, porque o nome dele é um nome cogitado para os mais altos cargos do País.

Mas, nós não podemos admitir.

Ontem, pertencemos à Bancada valorosa de Vossa Excelência, do MDB, atual PMDB. Hoje, por razões outras, estamos integrados ao Partido do Governo, mas não seja por esta razão que nós vamos aqui verberar contra esse fato, inadmissível para nós, e temos certeza, para todos os Deputados — do alinhamento do Paraná no cenário Federal.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Quero apresentar os meus cumprimentos ao seu pronunciamento, e a coragem que tem em fazê-lo, bem como ao aparte do ilustre Líder da Bancada situacionista, porque nos parece que isso, inclusive, vem de encontro aquilo que tentamos, talvez muitas vezes não claramente, dizer nesta Casa, quando afirmamos que é chegada a hora de nós, paranaenses, políticos ou não, assumirmos o Paraná.

E quando nos referimos, inclusive, em outra oportunidade, a esse fato, nós o fazíamos exatamente levados pelo mesmo motivo que Vossa Excelência o faz nesta data: sentimos

que as bases paranaenses estão desacreditando de seus líderes, de seus políticos, porque o Paraná está sendo expoliado.

Por isso, parece-me que o pronunciamento de Vossa Excelência, o aparte do Sr. Líder do Governo, vem em boa hora. De fato este Paraná está sendo expoliado, e Vossa Excelência o disse muito bem este Paraná não tem sido reconhecido pelo muito que contribui e pelas diversas vezes que falamos no assunto, sempre indicamos números, números estes apresentados pelos próprios órgãos governamentais.

Há pouco, ainda, o ilustre Secretário das Finanças deste Estado mostrava que o Paraná produziu um "Superavit" de um bilhão de dólares, só no ano passado.

Parece-me que, se partirmos para este tipo de discussão, nós teremos reconhecido o valor do nosso Estado. Quero mesmo afirmar, e concordar com o Líder da Bancada situacionista, que não é a presença de pessoas nos gabinetes de Brasília, que irá melhorar ou piorar o Paraná. É assumirmos as rédeas de nosso Estado.

E é por isso que, muitas vezes, temos verberado que a presença do Sr. Governador, a presença do Executivo deve existir nos momentos em que o Paraná ou parcelas de paranaenses se encontram em crise.

Isto ocorreu recentemente, e eu o reconheci da tribuna, quando a suinocultura estava em crise, e Deputados saíram daqui, Deputados de todos os Partidos, e foram a Brasília discutir o problema. E o Sr. Governador, em determinado momento, assumiu, inclusive, compromisso para terminar o movimento. Veio a intervenção militar ao nosso Estado, por cima do Governo, intervenção militar daquelas que, inclusive, não confia na nossa Polícia Militar, que dias antes havia entrado em greve, com prisões de oficiais superiores.

Houve uma intervenção militar e nós temos que dizer isso às claras.

Mas, o que nós sentimos - e a nossa divergência é nesse ponto - é que daríamos as mãos ao Sr. Governador no momento em que se resolvesse romper com isso que está aí.

O Sr. Ney Braga tinha condições, neste País, de ser o verdadeiro Líder, - ele que não é civil - ser talvez o Líder civil de todo este Sul do País que está sendo expoliado.

Aí a nossa divergência.

E nós ficamos esperando que amanhã melhore, que depois de amanhã melhore, e Vossa Excelência disse muito bem: "são os milhares de "bóias-frias", são nossos terrenos alagados, e as soluções não vêm.

Por isso, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Líder do Governo, porque se partirmos de dentro desta Casa, com posições pró-Paraná, e sendo pró-Paraná são pró-Brasil, temos a certeza que melhoraremos o nível de vida de nosso Estado.

A expolição chega a tal ponto que ainda, há 5 dias atrás, os jornais publicavam a distribuição de uma pequena verba da FUNARTE.

E fiz questão de olhar: todas as universidades brasileiras receberam verbas, menos a Universidade do Paraná!

Então, está no momento de que aquele "oba, oba", que o Paraná é o segundo Estado da Federação, é o melhor Estado do Brasil, é preciso desmistificar isso e levantar, exatamente como Vossa Excelência levantou, de que o Paraná tem "bóia-fria", tem problemas, tem desemprego, tem favelas, não é como muitos pensavam ser, um Estado riquíssimo. Ele é potencialmente rico, mas tem seus problemas. E esses problemas a União tem a obrigação de responder por eles, porque ela é a grande beneficiada pelo nosso trabalho.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra o nobre Deputado que tem apenas um minuto para concluir.

O SR. NELSON BUFFARA — Concluo, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz,

dizendo que sua coerência sempre nos causou uma agradável simpatia.

E quero dizer que, não obstante, estar ausente, hoje, o Governador Ney Braga, que se tivesse conhecimento de nossa iniciativa, ele a apoiaria, porque isso atinge de perto os interesses mais sacrossantos do povo mais humilde da nossa terra, do povo mais marginalizado, do povo mais esquecido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, o assunto que aborda, na tribuna, o nobre Deputado Nelson Buffara, é realmente palpitante e muito atual. Principalmente dada as circunstâncias que vive hoje a economia paranaense.

Para que o debate se torne mais amplo, porque o aparte oferecido pelo Deputado Deni Schwartz é dos mais construtivos e que, realmente, vem ao encontro do pensamento da maioria dos Deputados do PDS, que acham que deve mesmo o Governador Ney Braga, neste instante, assumir um papel histórico para a posteridade, encabeçando o elenco das reivindicações paranaenses, sendo o porta-voz mesmo das aspirações de todos os paranaenses, de todos os segmentos da sociedade paranaense, neste instante.

Então, para que o debate se torne amplo, se assim o desejar o nobre Deputado Nelson Buffara poderá adentrar o horário destinado à Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e o Deputado Nelson Buffara falara, agora, no horário destinado à Liderança do PDS.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, evidentemente que, apesar da praxe nos obrigar a isso, seria totalmente dispensável elogiar-mos a sua presença na tribuna e dizer da importância do assunto que Vossa Excelência traz.

Mas, gostaria também de participar desses debates, porque, realmente, é um assunto que interesse a nós todos. E me satisfaz, sobremaneira, ouvir o Deputado Deni Schwartz que considero, sem demérito a companheiro algum com assento nesta Casa, um dos melhores Deputados do Paraná. E a sua palavra, quando apartava Vossa Excelência, realmente, é a palavra daquele paranista mais arraigado com as coisas e as tradições deste Estado.

Portanto, Deputado, já tive oportunidade, inclusive, de fazer um pronunciamento, há alguns anos atrás, nesta Assembleia, sobre a participação do Paraná, no Supremo Tribunal Federal.

E nós, naquela ocasião, elaboramos um pronunciamento com a inclusão de vários nomes que o Paraná dispunha e dispõe, para que pudesse participar da mais alta Corte de Justiça do País. Inclusive, só para citar um exemplo, falávamos muito, na ocasião, do ex-Senador, ex-político, ex-jurista e ex-paranaense, dos mais ilustres, que foi o Dr. Accioly Filho, que achávamos que seria um dos nomes mais viáveis e mais capacitados para integrar aquela Corte de Justiça do País.

Mas, Deputado Nelson Buffara, o que quero dizer a Vossa Excelência é que, realmente, precisamos perder uma certa timidez, talvez um falso pudor que possui o paranaense. Porque tenho tido já, vários exemplos, durante a minha vida pública, de ter procurado homens públicos que integraram o escalão federal, administrativo e que quando lá estiveram, muitas vezes sentiram dificuldade em atender reivindicações específicas do Paraná; quando outros brasileiros ilustres, da mesma forma, oriundos de outros Estados da Federação, quando lá estiveram em altos cargos dos Ministérios e das outras autarquias federais, não tiveram o menor pejo em levar aos seus

Estados os maiores e melhores recursos de suas respectivas pastas.

Só para dar um exemplo, na gestão Jarbas Passarinho, Ministério da Educação e Cultura, foi colocado no Estado do Pará, - que é um Estado potencialmente muito rico, mas ainda bem aquém daquelas condições imediatas como o Paraná as têm, levou ao Pará todas as condições de infra-estrutura educacional e de esportes na ocasião, como ginásios, quadras, etc.

Nós paranaenses, às vezes, temos esta dificuldade. Tanto que o Governador Ney Braga sentiu esta dificuldade de falta talvez de apoio político de seu Estado, quando lá esteve no Ministério e não teve condições, apesar das gritas desta Casa, dos apelos insistentes do povo do interior, especialmente de Ponta Grossa, Maringá e Londrina, para federalizar nossas universidades, que seria talvez o ato político-administrativo de maior importância para o Paraná naquela ocasião.

Vejo, Deputado, que realmente não adianta ficarmos talvez lamentando profundamente coisas que não ocorreram, mas partindo da iniciativa sensacional de Vossa Excelência de voltar ao assunto nesta Casa, com a ênfase que Vossa Excelência deu ao seu pronunciamento, e com a participação que acho fundamental do Deputado Deni Schwartz em dar testemunho sobre o assunto, devemos, esta Casa como uma Casa política, independente de PTB, de PDT, de PT, PMDB ou de PDS, fazermos realmente uma frente única em termos de reivindicações paranaenses, através do Governador Ney Braga que, como disse o Deputado Deni Schwartz, tem amplas condições para realmente liderar movimento desta envergadura no Paraná.

Portanto, nobre Deputado Nelson Buffara, a quem eu tenho a honra de ter sua amizade pessoal também, além de ser companheiro de Vossa Excelência nesta Casa, quero cumprimentá-lo por este belíssimo discurso que Vossa Excelência fez nesta tarde e pela importância deste assunto, que interessa de tão perto a todos os paranaenses, a todos os brasileiros que vivem em nosso Estado. O nosso Estado é realmente um Estado que recebeu irmãos de todos os Estados brasileiros.

Deputado Nelson Buffara, agradeço pela região que represento, esta sua iniciativa. Espero que possamos continuar com este debate aqui em plenário e nas comissões, para que possamos com a volta de Ney Braga na próxima semana, vindo do Japão, fazer uma comissão de Deputados interpartidária ou suprapartidária e levarmos este assunto ao Governador, a debate de Executivo e Legislativo, falando sobre os mais altos interesses do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Quero confessar a Vossa Excelência que me sinto lisonjeado, ao fazer um discurso despretensioso, receber apartes dos Deputados de "status", de gabarito, de Erondy Silvério, Deni Schwartz e de Vossa Excelência, Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Realmente, acho que deveremos na hora em que abraçarmos esta causa, como disse, é a Assembléia Legislativa, é a Presidência da Casa, é a Mesa Executiva, são os Srs. Deputados que irão redigir este memorial para que todas as entidades classistas possam ser ouvidas e assinarem um ponto de acordo para que juntos então, falemos mais alto em Brasília.

E a imprensa, que tem um papel preponderante, a imprensa do Paraná, que se some aos Deputados, aos políticos do Paraná, nesta hora em que queremos alguma coisa que com justiça e direito nos assiste.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de me congratular com o pronunciamento de Vossa Excelência, sobretudo ressaltando o aspecto de que a sua posição que, obviamente é a nossa, é a tomada de uma consciência política, antes de mais nada, e de uma projeção

política na defesa dos interesses de nosso Estado.

Independente da posição de Ney Braga que foi Ministro da Nação, dos benefícios que pôde carrear ao Paraná, ele fez também em sua posição de Ministro, à toda a Nação, e emprestou o seu brilho e a sua capacidade, no Cenário Nacional, quando lá esteve.

Assim que, a ausência hoje de Ministros, ou de escalões intermediários, na esfera federal, não significa efetivamente demérito algum. A nossa força é a nossa produção; é a nossa capacidade de trabalho. A nossa força será a nossa representação.

E Vossa Excelência desfralda aqui a bandeira de uma proclamação de consciência política do Estado.

É sobre tudo esse o aspecto que quero ressaltar, e que Vossa Excelência trouxe com rara felicidade.

Uma contribuição a todos os Parlamentares que se devem engajar nesse movimento.

Meus profundos parabéns a Vossa Excelência, pela oportunidade e pela sabedoria com que colocou o problema.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência que veio somar-se aos nossos argumentos e de muito significado porque empresta um brilho invulgar ao nosso pronunciamento.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Nelson Buffara, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz nesta tarde, de muita valia, de muita importância, para o nosso Estado.

E é preciso lembrarmos o início de 64, quando assumiu o grande estadista, Castelo Branco.

E que nós tivemos a participação direta do nosso eminente homem público, que é o Governador Ney Braga, que na época fazia parte deste Governo e que muito trouxe para o Paraná.

Começando pela estrada do Café, e muitas obras carreadas para o Paraná, naquela época.

E depois o Governo Costa e Silva, o Governo Médici, que foi um desastre para o Paraná.

Nós praticamente não conseguimos nada. No setor de estradas, zero.

Veio o Governo Geisel, onde Ney Braga, tendo a sua participação ativa, muito fez para o nosso Estado e para Curitiba.

E é preciso que levantemos a nossa voz nós Deputados da Situação e da Oposição, porque o atual Governo está procurando voltar ao mesmo esquema do Presidente Médici, porque o Paraná não está tendo retorno.

Muito dá, muito contribui para o desenvolvimento da Nação, com a sua produção; e nunca se pergunta, na hora de escolher o Presidente do IBC, ou Ministro da Agricultura, deveria se perguntar no Paraná, qual o nome que deveria ocupar a Presidência do IBC ou o Ministério da Agricultura, pela nossa contribuição, para a Nação.

E nunca pensarem outro Estado, porque o Estado do Paraná é o que mais contribui nesse setor.

É preciso que tenha a nossa participação, que sejamos ouvidos.

Lembro-me no Governo passado, quando se anunciava três mil salas de aula, mas Ney Braga estava lá, participando e fazendo com que viessem recursos para o nosso Estado.

Agora, chegam na FUNDEPAR, fazendo de tudo, o Superintendente da FUNDEPAR, para carrear recursos para poder iniciar algumas salas de aula; e a dificuldade tem sido grande.

Esta equipe de governo, junto com Ney Braga que tem procurado em todos os setores dar a sua contribuição, princi-

palmente, recursos para atendimento aos municípios, já tem um volume razoável, mas está faltando a participação e a contribuição do Governo Federal. É preciso que nós estejamos unidos.

E nesta oportunidade, cumprimentando Vossa Excelência, cumprimentando ao Deputado da Oposição que aparteu Vossa Excelência que sempre mereceu o nosso respeito, pela sua seriedade, pela sua ponderação, que é o Deputado Deni Schwartz. É assim que nós temos que lutar juntos, para defender aquilo que o Paraná tem direito. Não é pedir favor, é pedir o retorno daquilo que nós temos direito.

Eu cumprimento Vossa Excelência.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado, Deputado Gilberto Carvalho, eu agradeço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se já não bastasse os argumentos que enumeramos no nosso pronunciamento já em poder da Presidência, o nosso Estado, como sabem os Srs. Deputados, possui um porto altamente sofisticado; é o segundo maior porto carreador de divisas para o País.

Além de servir aos interesses do Paraná, nós também servimos para a economia paraguaia, que é através do Porto de Paranaguá que o Paraguai exporta os seus produtos.

Isto faz com que este relacionamento entre Brasil e Paraguai se fortaleça graças ao nosso Estado e ao País vizinho. Então vamos, juntos.

Agradeço, a sensibilidade dos Srs. Deputados, inicialmente o Deputado Erondy Silvério, que me aparteu corroborando com o nosso pensamento; logo em seguida a inteligência, a coerência, do Deputado Deni Schwartz, para em terceiro lugar, o aparte do Deputado Luiz Gabriel Sampaio que com invulgar brilho, somou-se ao nosso pronunciamento. E em penúltimo, o Deputado Valduga, de Londrina, que também prestigiou a nossa presença nesta tribuna.

E para encerrar, o Deputado Gilberto Carvalho, que disse presente ao nosso pronunciamento, fazendo com que haja um sentimento de união, um sentimento de fraternidade, uma luta como já disseram os Srs. Deputados, que não é minha, é nossa, do Paraná, é dos Srs. Deputados que integram as mais várias regiões do Estado, representando os mais vários municípios, porque juntos falaremos mais alto e haveremos de conseguir o que de direito nos assiste.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O horário da Liderança do PMDB será ocupado dez minutos pelo Deputado Mário Celso, e os cinco restantes pelo Deputado José Domingos Scarpelini.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Companheiros. (Lê).

“A Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja, vem despertando a consciência da ampla maioria da população para os graves problemas de saúde que enfrenta o povo brasileiro.

Nosso Partido, há bom tempo, vem apontando as deformações que a política social do Governo vem produzindo no setor.

E também os efeitos graves que a política econômica geral e especialmente a política de arrocho salarial promoveu ao nível da saúde de nossa população.

Hoje, falamos em nome da Liderança do PMDB para ressaltar a gravidade da situação, procurando desta forma, fazer eco neste Parlamento às inúmeras iniciativas que a sociedade tem tomado para denunciar e propor soluções para a questão.

Estas iniciativas não têm obtido a consideração do Governo e se frustram na incúria e na omissão dos administradores que temos hoje em dia”.

Gostaria inclusive de ler aqui da tribuna, um vigoroso documento intitulado “Carta dos Profissionais de Saúde à População Brasileira”.

É realmente um documento que vem refletir a situação verdadeira e a situação atual.

Mas devido ao tempo, gostaria que o Deputado José Domingos Scarpelini pudesse, como vai poder, discorrer sobre um fato muito importante, eu então peço a transcrição nos Anais da Casa, desta carta na sua íntegra.

Inclusive e mesmo porque, os jornais de hoje, a imprensa já publicou parte desta matéria.

Só gostaria de ler um trechinho que é o terço inicial da carta que diz:

“As condições de saúde da população brasileira, são precárias e tal situação, vem se deteriorando em decorrência direta da má distribuição de renda, e os baixos salários, de pobreza e de fome, das péssimas condições de moradia e saneamento e também de uma inadequada Política Nacional de Saúde”.

E aqui discorre sobre uma série de protestos da própria classe de médicos do Brasil.

As doenças infecciosas e parasitárias atingem mais da metade da população brasileira, e a estas se somam as doenças degenerativas como câncer, doenças cardíaco-vasculares e outras, que acometem grande parcela de brasileiros. A mortalidade infantil vem aumentando progressivamente nos últimos anos, na proporção em que vem decrescendo o poder aquisitivo do povo. Assim é que, em São Paulo, a taxa de mortalidade infantil cresceu de 63 óbitos de menores de 1 ano, por mil nascidos vivos, em 1960, para 96 óbitos por mil, em 1976. A vida média do brasileiro é ainda muito baixa, já que, cerca de setenta e cinco por cento dos trabalhadores recebem mensalmente menos do que 2 salários-mínimos, não podendo assim, conseguir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para, pelo menos, gerar a energia consumida pelas horas de trabalho, e alimentar adequadamente as suas famílias. A grande maioria da população vive em condições sub-humanas, habitando moradias sem abastecimento de água e sem rede de esgotos. As favelas, cortiços e alagados se multiplicam assustadoramente nos centros urbanos. Assim, em cada 5 habitantes do Rio de Janeiro, 1 é favelado. Em São Paulo, não mais do que trinta por cento possui rede de esgoto e apenas cinquenta e três por cento tem água encanada. Acharmos que, os fatores apontados acima, são os principais responsáveis pela baixa qualidade de vida do povo brasileiro.

Diante disso, deparamos com a prática de uma Medicina com marcada tendência mercantilista, voltada em grande parte para o lucro e secundariamente para a saúde. Tal prática médica passou a existir no Brasil, significativamente, a partir da última década. O INPS, que possui grandes recursos financeiros, deixou de construir seus próprios hospitais e ambulatórios e, optou por funcionar através de convênios com casas de saúde e hospitais particulares, pelo sistema de pagamento por ato médico realizado, o que como se sabe, constitui em fator de corrupção. Este sistema incentiva a prática de atos condenáveis, tais como operações desnecessárias, internações prolongadas, exames laboratoriais sem utilidade e tantas outras aberrações, que vem sendo cometidos em nome da Medicina e frequentemente denunciados pela população, pela imprensa e pelos próprios profissionais de saúde e suas entidades.

Temos claro que a atual política imediatista do Ministério

da Saúde não é a solução adequada para os graves problemas que afligem a nossa gente. A política oficial de saúde tem se caracterizado por atitudes superficiais, tais como a distribuição de "milk-shakes", a título de suplementação alimentar o que muito certamente não diminuirá o percentual de brasileiros desnutridos; a distribuição, a pretexto de evitar a "gravidez de alto risco", de pílulas anticoncepcionais com o intuito de conter o crescimento demográfico e a distribuição de medicamentos tóxicos, destinados ao tratamento de endemias rurais, sem critérios, e sem a devida preocupação com a melhoria das condições de brasileiros que são acometidos por tais doenças.

O povo exige que seja garantido o seu direito à saúde, isto é, alimentação adequada, melhores condições de habitação e saneamento, assistência médica de boa qualidade sem grandes filas. Nós, profissionais da saúde, por outro lado, reivindicamos melhores condições de trabalho, entendendo-se por isto não apenas salários condizentes, como também liberdades para o exercício de nossas profissões, pois somente assim contribuiremos para elevar o padrão de saúde de nosso País. Constatamos assim que os profissionais de saúde e população não têm aspirações contrárias como, rotineiramente, se procura difundir. Portanto, não só nossas reivindicações se complementam, como também é profundo o nosso sentimento de insatisfação diante da realidade de saúde do Brasil.

O País vive sob regime de excessão, o povo como principal interessado e como verdadeiro financiador do sistema de saúde não pode discutir e colocar livremente as suas reivindicações, e muito menos, lutar por um sistema de atenção médica voltado para as suas reais necessidades. Atualmente nossas entidades representativas e as dos demais trabalhadores, não têm sequer o direito de opinar sobre a Política Nacional de Saúde, a ser tratada.

Acreditamos então, que só existe um caminho para a solução dos problemas de saúde que afetam a população. Este é uma tomada de posição, através de amplo debate, que visa reorientar o sistema de saúde em direção ao atendimento do que o povo brasileiro necessita. E para isso, propomos a democratização em todos os níveis do sistema de saúde. Estes objetivos só serão alcançados numa sociedade democrática e capaz de viabilizar os anseios do povo. Nós, profissionais da saúde, a exemplo de importantes setores da sociedade, vimos publicamente firmar nossa posição contra o estado de exceção vigente. Ao mesmo tempo, reivindicamos amplas liberdades para que todos os setores da população participem democraticamente na resolução de seus problemas, discutindo e propondo saídas concretas e necessárias, tais como a convocação de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita".

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas o Governo não atina para a gravidade da situação da saúde do povo brasileiro. Apenas o Governo se mantém irredutível em sua política econômica e social injusta que eleva os índices de mortalidade e encurta as expectativas de vida do trabalhador brasileiro.

São quadros como este, da nossa saúde, que acentuam a disposição de luta de todos os democratas, de todos os opositores que sabem, perfeitamente, que tal situação só será revertida quando o povo estiver realmente representado ao nível decisório.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se põe na ordem do dia as providências que encaminhem o País para a sua plena democratização, para as condições de: amplas liberdades políticas, para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, forum legítimo para que todos os setores da população possam expressar suas reivindicações, seus interesses em torno de questões importantes como esta, a da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos hoje à tribuna da Assembléia, como aqui estivemos em outras oportunidades, para denunciar os abusos e o acobertamento a crimes que vêm sendo efetuados pelo titular da Delegacia de Polícia de Apucarana, Delegado Rubens Pereira Durski.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em agosto do ano passado, solicitamos ao Sr. Secretário de Segurança e ao Ministro da Justiça, a abertura de um inquérito policial, uma sindicância e um inquérito administrativo para apurar a responsabilidade do titular da Delegacia de Apucarana, em um crime de extorsão que se deu em origem ao contrabando que era exercido no aeroporto da cidade de Apucarana.

O inquérito administrativo, por determinação do Secretário da Segurança, foi instaurado, e o policial, da mesma maneira.

Por determinação do Ministro da Justiça, acompanhou ao inquérito policial o Promotor Público da Comarca de Apucarana que, ao final, pedia que os abusos fossem encaminhados à Justiça Federal, uma vez que estava comprovado que a extorsão se dera em função de um crime conexo de contrabando, e que assim sendo, era da alçada da Justiça Federal a apreciação do feito.

Os autos subiram para Curitiba, mas Sua Excelência o Sr. Secretário da Segurança não afastou o ladrão dos ladrões, o Delegado de Polícia de Apucarana, e ele lá continua.

É o Natelzinho novo do Norte do Paraná.

Sr. Presidente, é realmente um quadro chocante, triste e desolador, ter que voltar a esta Casa para tratar, novamente, de um assunto desta natureza. O que estamos vendo, e a população de Apucarana está vivendo sob um terror branco, pois crimes, todo o dia acontecem. Quadrilhas e mais quadrilhas estão sitiadas em Apucarana, e nada de positivo por parte do Sr. Secretário da Segurança.

E ainda hoje, vimos no jornal, o chefe da Polícia Civil do Paraná, dizer que ele já não aguenta mais. Realmente, ele não deve estar mais aguentando.

Ladrões saindo das penitenciárias, policiais não são punidos, delegados que comprovadamente estão envolvidos em crimes, eles não punem, e os que vêm — isto é abrir precedente —, para que outros façam a mesma coisa. Era necessário que eles punissem os responsáveis, e então poderia ser aí o princípio de moralização da Polícia do Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho solicitar ao Governo, solicitar aos homens de bom senso, que tomem as providências necessárias, porque as vítimas dessas ações veremos nós, está sendo a sociedade.

Em Apucarana, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, roubam-se carros no Estado e os levam para Apucarana. Lá tem uma auto-escola que, em conivência com o DETRAN e a Delegacia de Polícia, emite nota fiscal como sendo de uma concessionária de revenda de carro, e baseado nesta nota fiscal, o DETRAN emite um certificado e o carro sai de Apucarana, documentado. Carro furtado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É o crime legalizado e nada se faz.

É necessário que se ponha um basta. Que se diga realmente que, pelo menos se tem vontade de acertar, e não a polícia ser conivente, ser a autora desses delitos, desses crimes, em que é vítima o Estado todo.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). Só quero cumprimentar Vossa Excelência e me associar ao que está trazendo à Casa, e também

dizer que não entendo o posicionamento do Secretário de Segurança Pública. Porque aquele delegado é reconhecidamente corrupto, foi provada a extorsão que ele praticou naquela cidade, contra a família Ferreira de Londrina, e nem sequer foi afastado das funções de Delegado da Subdivisão de Apucarana.

Então, é lamentável que, quando se fala em moralizar a Polícia, acho que quando se apresenta uma denúncia contra um policial, se o Secretário está a fim de moralizar a instituição que dirige, a primeira providência é afastar o policial. E não deixá-lo à frente do órgão, dificultando inclusive os trabalhos de uma investigação administrativa policial.

Fica aqui também o meu apoio ao seu pronunciamento e a minha estranheza que o Secretário de Segurança, homem que está ligado às Forças Armadas como Coronel do Exército que é, possa, passivamente, associar ao Diretor da Polícia Civil, que é um Procurador da Justiça, aceitarem passivamente que um Delegado reconhecidamente corrupto como aquele, possa continuar à frente da Subdivisão de Apucarana.

Nobre Deputado, a sua cidade, o povo de Apucarana, não merecem tamanho desrespeito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Scarpelini, a denúncia que Vossa Excelência faz é bastante grave e muito séria.

Vossa Excelência diz que em Apucarana estão localizadas quadrilhas de ladrões...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Exatamente.

E o Delegado tem conhecimento delas.

O Sr. Gilberto Carvalho — Disse que as auto-escolas emitem notas, e que através dessas notas, são expedidos os certificados dos carros roubados.

Gostaria, nobre Deputado, e vou requerer à Mesa, cópia das notas taquigráficas, para que possa pedir sejam apuradas essas denúncias levantadas por Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Já estou pedindo ao Secretário de Segurança.

O Sr. Gilberto Carvalho — Mas, a fim de facilitar, gostaria, se possível, que Vossa Excelência nominasse essa auto-escola, porque existe mais de uma, em Apucarana. Porque, tenho interesse em apurar. Tenho ido a Apucarana constantemente e até hoje não tive denúncia alguma contra o Delegado e também com referência a essa auto-escola.

Se Vossa Excelência pudesse nominar essa auto-escola...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Vossa Excelência não teve alguma denúncia?

O Sr. Gilberto Carvalho — Prometo a Vossa Excelência que vou procurar localizar e apurar essas denúncias, que Vossa Excelência traz à tribuna na data de hoje.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Agradeço o aparte de colaboração.

Mas, é só o Secretário de Segurança mandar instaurar um inquérito policial em Apucarana, e colocar à sua frente um homem competente, incorruptível, que vá à Apucarana, realmente, com o fim de obter as informações que ele terá, da população, e também desse Deputado.

Agora, não vou adiantar a Vossa Excelência o nome da auto-escola que está fazendo isto, porque Vossa Excelência detém o comando político da cidade.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, não tenho interesse algum em dar cobertura pelo fato de ter o comando político. Se houver isso nessa auto-escola, serei o primeiro a tomar providências. Já provei isso a Vossa Excelência quando houve aquela denúncia da Faculdade; fui um dos primeiros a pedir o afastamento do Diretor da Faculdade.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Exatamente. Mas ali

era um caso que já extrapolava os limites do bom senso.

Vossa Excelência poderá ir à Justiça Federal, tirar uma fotocópia do Parecer do Juiz e do Promotor de Apucarana, onde está claro que o Promotor disse que o Delegado de Apucarana realmente praticou a extorsão de 500 mil cruzeiros, e que essa extorsão se deu para que fosse acobertado o crime de contrabando. E Vossa Excelência não pediu a remoção do Delegado.

Muito pelo contrário, "forças ocultas" o mantêm na cidade.

Não quero dizer com isso que sejam as "forças ocultas" citadas por Jânio Quadros. São "forças ocultas" que conhecemos aqui da Assembléia, dos bastidores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que se tome uma providência enérgica para que a população possa sair às ruas.

Em Apucarana, de janeiro para cá, foram roubados mais de 15 carros, inclusive o carro do ex-Prefeito Luiz Antônio Biaki. Quero ressaltar aqui: Luiz Antônio Biaki parou o carro em frente à casa do Delegado e foi jogar baralho. Quando saiu, de madrugada, não encontrou mais o carro. Tinha sido roubado em frente à casa do Delegado.

Apucarana está, realmente, clamando por justiça, por homens sérios que possam ir para lá para conduzir a Polícia com o fim que ela existe; porque da maneira como está, a coisa está ficando cada vez mais negra em Apucarana.

Agradeço o aparte do Deputado Tavares, também ao de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, no horário reservado à Liderança do PP, usará da palavra o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Emenda constitucional já aprovada pela Comissão Mista do Congresso Nacional, prevê o aumento de dois para três ou, no máximo para quatro, o número de Deputados Federais dos Territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima. A emenda é de autoria do Deputado Júlio Martins, de Roraima, e o PDS se dispõe a aprová-la em plenário da Câmara Federal e do Senado. Até aí, aparentemente, nada demais.

Acontece que a Constituição Federal fixa, taxativamente em 420 o número de membros da Câmara dos Deputados por aumento das bancadas do Amapá, Rondônia e Roraima chegar, no total, a seis, ou no máximo a doze Deputados, terá que diminuir a bancada de algum outro Estado.

Por fatores que não vêm ao caso examinar neste instante, sem dúvida, existe um estado de animosidade contra o Sul, da parte do Nordeste, e pelo que se verá também da parte do Norte do País.

Longe de nós a idéia de provocação, ou de pretendermos lançar uma região contra outra do Brasil, mesmo porque não iremos entregar, como boi no matadouro, a nossa cabeça à guilhotina da famigerada Lei de Segurança Nacional.

Em função daquele estado de espírito, busca-se, sem mais nem menos, a mutilação das bancadas do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e, sobretudo, do Paraná. Se a representação dos Territórios passar a seis Deputados por bancada, seriam atingidos ainda Minas Gerais e Santa Catarina. No cálculo, para o aumento de quatro Deputados, o Rio de Janeiro perderia um, o Rio Grande, dois, e o Paraná perderia três. No caso do aumento ser para seis Deputados por bancada de território, Minas Gerais e Santa Catarina perderiam um, o Rio de Janeiro e o Rio

Grande do Sul perderiam dois, e o Paraná perderia quatro. O protesto é de que o último Censo registrou diminuição nas populações do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

A verdade é bem outra, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Governo Federal está atemorizado, desde já, com o pronunciamento do povo nas urnas de 1.982. Não escondem o peso na consciência. Sabem que o povo vai reagir, com sobrançeria. O resultado negativo das urnas precisa ser minorado, pois nada mais simples do que diminuir o número de deputados federais, para minimizar a derrota eleitoral.

São muitas as conseqüências desse fato. A principal é a de que, sendo menor o número de parlamentares, é menor concomitantemente, o número de vozes que se erguerá contra o regime madrasto que o Governo Federal tem imposto ao Paraná. Estamos alijados dos Concelhos da República. Estamos com a cafeicultura abandonada, porque o IBC canalizou para a Bahia e para o Nordeste os recursos criados pelo café paranaense. O território do Paraná vai se apequenando cada vez mais, à custa dos reservatórios para o funcionamento de usinas hidroelétricas. Na hora da colheita do soja, do arroz, do feijão, do milho e do algodão, o Governo Federal importa os mesmos produtos, para forçar a baixa de preços, em prejuízo do produtor, e para beneficiar as multinacionais, que, ao comprarem na baixa, manipulam, para o alto, os preços na entressafra, com sério dano à bolsa do consumidor. Temos sofrido tudo isso, e muito mais. Agora, querem castigar a nossa representação política, querem que o Paraná fique mudo no Congresso Nacional, e que não tenha forças para gritar ao ouvido dos que mandam e desmandam.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Edilson Alencar, tão somente para parabenizá-lo por esta posição corajosa em defesa dos interesses do nosso Estado. Como bem frisou Vossa Excelência, o Estado do Paraná está sendo tolhido em suas bases econômicas, sociais e agora políticas.

Gostaria de apenas lembrar e contribuir com o seu pronunciamento e lembrar o pacote, o expúrio pacote de abril que modificou a Constituição, no sentido de não se contar mais o número de cadeiras no Senado e na Câmara Federal, pelo número de eleitores e sim de habitantes. Foi uma fórmula de laboratório, para garantir maioria da situação no Congresso Nacional.

Foi uma fórmula para subtrair dos Estados que mais contribuem economicamente, representação a nível de Congresso Nacional. Foi em detrimento do Paraná, dos Estados do Sul do País, para favorecer os Estados do Norte, para onde são canalizados bilhões e bilhões de cruzeiros, no sentido da agricultura. Quando se sabe que aqui, com investimentos talvez muito menores, se retiraria muito mais, porque a infraestrutura já está pronta. Aliás são estas políticas discriminatórias do Governo Federal, que realmente exige que Parlamentares como Vossa Excelência, e pediria também que Parlamentares de todos os partidos se levantassem na defesa urgente do Estado do Paraná.

O SR. EDILSON ALENCAR — Deputado Gernote Kirinus.

Eu agradeço, sensibilizado o aparte que me fez, cujas palavras vieram valorizar e enriquecer o nosso modesto pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

(Lendo):

...“a justa indignação que nos invade não nos permite calar por mais tempo. Esperamos que o nosso protesto ecoe nesta Casa, que retumbe como o trovão, porque será o protesto de todo um povo que não mais suporta humilhações

e despautérios.

No intuito de apartarmos o nefando golpe, que a todos os partidos políticos prejudica diretamente, requeremos que a Assembléia Legislativa se comunique com as do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, para, numa frente única, impedirmos o que está sendo tramado na sombra.

Requeremos, ainda, complementarmente, que a Assembléia Legislativa do Paraná telegrafe, protestando com veemência, ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional e aos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça de ambas as Casas do Congresso, como também às Presidências das Assembléias Legislativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no seguinte texto:

“Informada emenda constitucional Deputado Julio Martins de Roraima aumentando Bancadas Territoriais Amapavg Roraima et Rondônia com mutilação Bancadas Rio de Janeiro vg Rio Grande do Sul et Paraná vg enviamos Vossência nosso veemente protesto porque Sul País muito representa no contexto cultural político et econômico brasileiro para ser sacrificado em benefício interesses subalternos alheios pt Se governo quer mais votos sob controle dentro Câmara Federal vg aumente número total representantes vg et não sacrifique Estados asseguram prosperidade nacional pt”

Era só.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/80, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA, que declara de utilidade pública a “Fundação Nossa Senhora do Rocio”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o “Grupo Espírita Anna Franco”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adermira Ferreira Martins, ocorrido na cidade de Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do nono ano frente à Direção daquela Delegacia. **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE —(João Mansur) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

6 Srs. Deputados aprovam;

13 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS

9.^a LEGISLATURA — 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e hum, na Sala de Reuniões das Comissões, após Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder sua instalação bem como a eleições de seu Presidente e Vice. Presidida na forma do artigo 40 do Regimento Interno pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel e havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, comunicando que a presente reunião destinava-se a eleição do Presidente e Vice Presidente da Comissão bem como sua instalação. Procedida a votação verificou-se a eleição dos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Darcy Deitos para Presidente e Vice Presidente respectivamente. Assumindo o Cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo agradeceu aos Nobres Pares pela deferência em presidir tão importante Comissão e, em breves palavras, disse do propósito de continuar sempre, e num crescendo, evidenciar esforços com vistas à agilização dos trabalhos desta Comissão, assumindo o compromisso de tudo fazer para que esta funcione nos moldes do Direito e do Regimento Interno desta Casa. Na oportunidade foi indicado para exercer as funções de Secretário o funcionário Nelson Silvio Salles. Ficou também estabelecido que as reuniões serão realizadas às terças-feiras. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presi-

dente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar, eu Nelson Silvio Salles lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, Deputados Membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente.

Deputado DARCY DEITOS — Vice-Presidente

NELSON SILVIO SALLES — Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 112/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Art. 149 e seguinte, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pela Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Art. 1.º — A contagem em dobro, para todos os efeitos legais, do tempo correspondente às férias não gozadas, depende da transferência, para época oportuna, por imperiosa necessidade do serviço mediante Portaria do Diretor Geral, provocada através de expediente do respectivo Chefe ou Diretor, protocolado com antecedência mínima de sete (07) dias do início das férias estabelecidas em escala.

Art. 2.º — O Diretor Geral poderá transferir, para época oportuna, as férias de funcionários que, não obstante incluídos em escala relativa a períodos anteriores ao presente Decreto, deixarem de gozá-las por imperiosa necessidade do serviço.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, o funcionário deverá apresentar a folha de ponto devidamente assinada e atestada pelo superior hierárquico.

Art. 3.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3/4/81"
JOÃO MANSUR — Presidente.

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário